

ASPECTOS TOPONÍMICOS DAS PRAÇAS E PARQUES DE MARINGÁ-PR

Hélcio Batista Pereira¹

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Departamento de Língua Portuguesa – Maringá-PR/Brasil.

Resumo

O presente trabalho analisa as designações das praças e dos parques da cidade paranaense de Maringá. Para tanto, selecionamos a relação de nomes atribuídos a esses topônimos usando como fonte os dados oficiais fornecidos pela Prefeitura Municipal. A investigação foi realizada apoiando-se no instrumental da Toponímia, entendida como o campo de estudo pertencente à Onomástica, que por sua vez é parte dos estudos linguísticos. Mais precisamente adotamos a taxionomia de motivações toponímicas proposta por Dick (1990, 1996), discutindo criticamente seus resultados. Ao final da pesquisa identificamos a importância dos antrotopônimos nessas duas bases, o que sugere a relevância de ações do poder público para forjar uma História local. A avaliação dos topônimos urbanos usados para nomear tais espaços abertos comprovam o potencial da Toponímia para evidenciar as interações entre o linguístico e o sócio-histórico.

Palavras-chave: Toponímia urbana. Praças e Parques. Maringá-PR.

Toponymic aspects of the squares and parks of Maringá-PR

This work analyzes the designations of squares and parks in the city of Maringá in Paraná. To this end, we selected the list of names attributed to these toponyms using as a source the official data provided by the City Hall. The investigation was carried out using Toponymy, understood as the field of study belonging to Onomastics, which in turn is part of linguistic studies. More precisely, we adopted the taxonomy of toponymic motivations proposed by Dick (1990, 1996), critically discussing its results. At the end of the research, we identified the importance of anthroponyms in these two bases, which suggests the relevance of public authorities' actions to forge a local History. The evaluation of urban toponyms used to name such open spaces proves the potential of Toponymy to highlight interactions between the linguistic and the socio-historical.

Keywords: Urban toponymy. Squares and parks. Maringá-PR.

Aspectos toponímicos de las plazas y parques de Maringá-PR

Este trabajo analiza las designaciones de plazas y parques de la ciudad de Maringá en Paraná. Para ello se seleccionó la lista de nombres atribuidos a estos topónimos utilizando como fuente los datos oficiales facilitados por el Ayuntamiento. La investigación se realizó utilizando la Toponimia, entendida como el campo de estudio perteneciente a la Onomástica, que a su vez forma parte de los estudios lingüísticos. Más precisamente, adoptamos la taxonomía de motivaciones toponímicas propuesta por Dick (1990, 1996), discutiendo críticamente sus resultados. Al final de la investigación, identificamos la importancia de los antropónimos en estas dos bases, lo que sugiere la relevancia de las acciones de los poderes públicos para forjar una Historia local. La evaluación de los topónimos urbanos utilizados para nombrar dichos espacios abiertos demuestra el potencial de la toponimia para resaltar las interacciones entre lo lingüístico y lo sociohistórico.

Palabras clave: Toponimia urbana. Plazas y parques. Maringá-PR.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14500413>

ISSN: 2359-6252

Editora-chefe: Leticia Lima Milani Rodrigues

Editor-adjunto: Vinicius de Souza Moreira

Artigo submetido em 20 de novembro de 2024 e aceito para publicação em 29 de novembro de 2024



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho toma por objeto os nomes de praças e parques de Maringá-PR. Partindo de adaptação da proposta de Dick (1990, 1996), a pesquisa que realizamos inventariou as designações oficiais vigentes desses espaços públicos, realizando sua classificação em função da motivação toponímica presente.

Propõe-se aqui o estudo das designações oficiais desses espaços abertos, entendidas como signos complexos, cuja compreensão movimenta saberes de diferentes áreas de estudo, como nos ensinou Dick (1990, p. 19):

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais.

Pesquisar os nomes dos lugares, de uma maneira geral, é pesquisar a relação das pessoas com os espaços por elas ocupados, analisando mais do que um elemento linguístico. Como afirma Isquardo (2020, p. 8), “os nomes de lugares circunscritos a um espaço geográfico fornecem elementos que podem se configurar como pistas para a interpretação da história do homem e a sua relação com o espaço [...]”.

Sobre o processo de denominação dos topônimos urbanos oficiais recaem, ainda, fatores inscritos na disputa sobre quais discursos devem ser preservados na estrutura espacial da *polis*. Assim, via de regra, os nomes de praças e parques - mas também de ruas, avenidas e outros espaços públicos -, são escolhidos pelos representantes dos grupos sociais politicamente estabelecidos. Nesse proceder, dão evidência às determinadas personalidades, conceitos, etc., coadunantes com o seu perfil ideológico, silenciando e apagando, por outro lado, tudo o que lhes pareçam contrário, com mostram Carvalhinhos, Lima-Hernandes e Lima (2018) em trabalho que avaliou a trocas das designações de lugares na cidade de S. Paulo.

Nas seções subseqüentes, reservaremos inicialmente algumas palavras sobre a História de Maringá, de modo a contextualizar melhor as ocorrências dos nomes que aqui estudamos. Depois, discutiremos um pouco mais sobre o instrumental teórico que adotamos neste trabalho, ou seja, a Toponímia. Em seguida, faremos uma descrição dos procedimentos metodológicos que lançamos mão para realização da pesquisa. Por fim, apresentaremos e discutiremos os resultados encontrados em nossa investigação, explorando, em especial, as interações entre a língua, a História e os contornos ideológicos presentes nas designações dos espaços abertos da cidade.

2 BREVE HISTÓRIA DE MARINGÁ-PR, SUAS PRAÇAS E PARQUES

A formação da cidade de Maringá-PR se deu no processo de expansão de ocupação do território paranaense na primeira metade do século XX. Essa ação se deu, nesse período, sob a liderança inicial das companhias colonizadoras, que obtiveram do Estado o privilégio de construir cidades, negociar propriedades rurais e lotes urbanos, além de explorar o negócio da malha ferroviária que conectava a região com o resto do país (Luz, 1997, p. 37). A lucratividade de tal empreendimento foi favorecida pelas condições físicas da região, formada por largas porções férteis da chamada *terra roxa* e por atender, em especial, às demandas da produção cafeeira (Luz, 1997, p. 12-18).

Ao final da década de 1920, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), então de capital inglês, adquiriu do Estado cerca de 516 mil alqueires, nos limites dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí (Luz, 1997, p. 19). Passou, a partir daí, a explorar o lucrativo negócio do chamado “norte novo”, o que resultou nas décadas seguintes na criação de cidades como Londrina, Rolândia, Cambé, Jandaia do Sul, Arapongas, Mandaguari, Maringá, Umuarama e Cianorte. Na década de 1940, a Companhia seria nacionalizada, sendo adquirida por sociedade estabelecida entre o banqueiro Gastão Vidigal e Gastão

Mesquita, este último membro da mesma família proprietária do jornal O Estado de S. Paulo. A empresa seria, então, renomeada, na década de 1950, para Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

A formação de Maringá, uma cidade que surgiu inicialmente planejada, remonta à constituição de um núcleo de povoamento primeiro, localizado fora da área prevista pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, contratado pela Companhia para projetar a nova cidade. Essa área, conhecida posteriormente como *Maringá Velho* começou a ser formada já no final da década de 1930. Esse núcleo tinha inicialmente um caráter provisório, sendo implantado sem maiores cuidados arquitetônicos e urbanísticos, como aponta Cordovil (2010, p. 75). Fotografia coletada por essa pesquisadora não evidencia nessa fase da cidade qualquer área que se assemelhe a uma praça ou a um parque.

Estudando os arquivos da CMNP, Luz (1997) encontra dados da venda de lotes rurais na região de Maringá ainda em 1938. A cidade planejada, no entanto, seria construída ao final da década de 1940, após o estabelecimento do traçado da linha férrea, a partir da qual a área da cidade planejada foi escolhida. A fundação da cidade atualmente é reconhecida como tendo ocorrido em 1947, data em que a Companhia inaugurou o seu escritório na cidade. Já a emancipação ocorreria em 1951, por meio da Lei Ordinária n.º 790. A cidade, inicialmente planejada para comportar 200 mil habitantes em 50 anos, passados os primeiros 49 anos após sua fundação, em 1996, já contava com 270 mil (Cordovil, 2010, p. 72), constando no Censo de 2022 com 409 mil moradores.

A cidade planejada concebida por Vieira contemplava áreas verdes, prevendo dois grandes bosques, que seriam os pulmões da cidade, segundo depoimento que deu em 1971 (Cordovil, 2010, p. 133). Quanto às praças, previam-se 33 delas no projeto original da cidade (De Angelis; De Angelis Neto, 2011, p.140). A execução, no entanto, desse plano não foi seguida à risca nem mesmo na fase de implantação da cidade, como mostram esses dois trabalhos citados anteriormente, seguindo um curso próprio, especialmente com o grande crescimento populacional da cidade, a partir da década de 1970. Entretanto, a ocupação do território pela expansão de sua estrutura urbana manteve de certo modo a concepção de uma cidade marcada por áreas verdes.

3 A TOPONÍMIA E OS TOPÔNIMOS URBANOS

A Toponímia é uma subárea da Onomástica, parte da Linguística que toma por objeto o estudo dos nomes de uma maneira mais geral (Cambraia; Seabra, 2024, p. 1). Como afirma Isquierdo (2023), a Toponímia se ocupa de signos linguísticos especiais, que nomeiam os espaços, e que, por isso, são revestidos de *função denominativa*. E, nesse caso, o ato de denominar é parte da ação humana para dominar o espaço:

Atribuir nomes a referentes do lugar em que vive é uma prática milenar como uma forma de o homem situar-se no espaço, marcar território, enfim, garantir o seu “poder” sobre novos lugares. Desta forma, pode-se conceber o ato da nomeação de um lugar como uma forma de apropriação pelo homem do lugar onde habita e exerce suas atividades profissionais (Isquierdo, 2023, p. 8).

Quando se estuda os nomes dos espaços típicos de uma cidade, aqueles criados pela intervenção humana, fala-se em uma *Toponímia Urbana*.

Embora, de uma maneira mais geral, os topônimos aparentem um funcionamento unívoco, norteados pelas mesmas motivações, a nomeação dos espaços naturais das paisagens rurais e dos lugares mais típicos da estrutura urbana se dá por processos nem sempre coincidentes. Quando se pensa nos nomes de rios, serras e outros acidentes geográficos, as designações espaciais podem mais frequentemente seguir uma tradição estabelecida pela vontade popular de caráter anônimo; enquanto, por outro lado, aos topônimos próprios da caracterização do urbano (ruas, avenidas, praças,

parques, etc.) é comum que sua fixação ocorra por meio de mecanismos legais (decretos e leis municipais), especialmente quando analisamos a sua versão oficial¹.

Essa diferença foi notada por Isquierdo (2023, p.9):

Em se tratando da toponímia urbana, no geral, as condicionantes denominativas são de natureza muito diversas e pontuais, não raras vezes sendo imposta pelos órgãos públicos, ou ainda resultar de interesses diversos, como preferências do proprietário do terreno loteado (valorização da família ou de algum tema de seu interesse particular...); da homenagem a políticos, a autoridades civis e religiosas que exerceram papel de relevância na história da cidade. Assim, a feição toponímica urbana, no geral, incorpora a referência a fatos históricos e deixa transparecer influências de fatores econômicos e ideológicos relacionados à história da formação do povoado, da vila, da cidade.

Por isso, nos estudos dos topônimos urbanos oficiais, deve ser levada em consideração uma série de elementos relacionados à luta pelo poder no palco da polis. Os grupos sociais com representatividade nas instâncias do poder público autorizadas a definir as designações previstas em lei selecionam fatos, personalidades e conceitos que expressam os seus recortes ideológicos, impondo tais escolhas aos demais. Apenas para ilustrar esse jogo, vale a pena lembrar o caso da troca da denominação “Rua Havana” por “Rua Guadalajara” ocorrido em Maringá na década de 1970, apontado por Dias (2000, p. 113). Essa mudança no topônimo ocorreu em um contexto marcado pela ditadura militar, que favoreceu os movimentos de “caça aos comunistas”, relacionados à capital de Cuba, para o enfrentamento de um aludido “perigo vermelho”. Também é relacionado à cidade que recebeu a seleção brasileira de futebol masculino na Copa do México em 1970, em uma campanha que foi amplamente explorada pelo regime no poder. Esse fenômeno, de escolha de certas representações discursivas em detrimento de outras, ocorre desde o primeiro momento, na primeira nomeação oficial do topônimo urbano.

Por fim, cumpre-se dizer que as denominações oficiais dos espaços urbanos não estão isentas do que Carvalhinhos (2022, p. 15) denomina *topoamnésia*. Esse esquecimento atinge os moradores e usuários dos espaços urbanos, em especial das novas gerações, quando há alterações nos topônimos. Partindo desse conceito podemos pensar que um certo grau de esquecimento atinge sempre o topônimo, ainda que sua designação não seja alterada. Isso porque com o passar do tempo os novos moradores das cidades vão perdendo a noção dos significados completos expresso em um determinado topônimo. Assim, ainda que frequente a praça Napoleão Moreira da Silva, um cidadão maringaense pode não saber mais quem foi esse indivíduo. Mais frequentemente talvez com antrotopônimos, esse fato pode atingir nomenclaturas fixadas a partir de outras motivações, afinal esse mesmo morador não necessariamente deverá saber a que se refere à data de 19 de dezembro, atribuída a uma das avenidas de Maringá.

Daí a importância da pesquisa que ora apresentamos. Por meio dela, procuramos combater esse esquecimento, enfrentando o desafio de recuperar e registrar as motivações por trás dos nomes das praças e parques da cidade, além de discutir criticamente a sua ocorrência.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou a taxionomia das motivações toponímicas proposta de Dick (1990, 1996), com adaptações. Essa abordagem, embora não evite que os pesquisadores da área encontrem desafios na atividade de avaliar diferentes bases de topônimos, está bem estabelecida como parâmetro para os trabalhos desse campo de pesquisa no Brasil.

Assim, em primeiro lugar, é preciso esclarecer que por essa perspectiva, o nome toponímico contém dois elementos: o “genérico” e o “específico”. O primeiro se antepõe ao segundo em Português,

¹ A designação de acidentes geográficos naturais presentes no espaço humano e os nomes paralelos, não oficiais, evidentemente não são estabelecidos pelo mecanismo legal burocrático.

o qual se configurar como o nome propriamente dito do topônimo (Carvalhinhos e Antunes, 2007). Para exemplificar, em “Praça Rocha Pombo”, exemplo que retiramos da base de dados que analisamos, o elemento genérico é “praça”, enquanto o específico é “Rocha Pombo”. A classificação taxionômica que deve ser realizada em nosso trabalho se dá sobre o elemento específico, portanto.

Seguindo, então, a proposta de Dick (1990; 1996), as taxas dos topônimos pelas quais a classificação das motivações deve ser realizada são de duas naturezas: a física e a antropocultural. Dentre as físicas, podemos relacionar as seguintes (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação de natureza física

1. Astrotopônimo - relativo aos corpos celestes em geral. (Ex.: Estrela de Alagoas/AL)
2. Cardinotopônimo - relativo às posições geográficas em geral. (Ex.: Nortelândia/MT)
3. Cromotopônimo - relativo à escala cromática. (Ex.: Branquinha/ AL)
4. Dimensiotopônimo - relativo às características dimensionais dos acidentes geográficos. (Ex.: Alto dos Coelhos/AL)
5. Fitotopônimo - relativo à flora em geral de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjunto. (Ex.: Cajueiro/AL)
6. Geomorfotopônimo - relativo às formas topográficas, elevações, depressões do terreno e as formas litorâneas. (Ex.: Barra de São Miguel/AL)
7. Hidrotopônimo - relativo ao elemento água e acidentes hidrográficos em geral. (Ex.: Água Branca/AL)
8. Litotopônimo - relativo aos minerais e à constituição do solo. (Ex.: Barro Vermelho/AL)
9. Meteorotopônimo - relativo a fenômenos atmosféricos. (Ex.: Primavera/AL)
10. Morfotopônimo - relativo ao sentido das formas geométricas. (Ex.: Volta Redonda/RJ)
11. Zootopônimo - relativo à fauna geral de índole animal, representado por indivíduos doméstico e não doméstico (Ex.: Carneiros/AL)

Fonte: Elaboração própria com base em Dick (1990; 1996).

Já as taxas antropoculturais, na proposta de Dick (1990;1996) são as seguintes (Quadro 2):

Quadro 2 - Classificação de natureza antropoculturais

1. Animotopônimo - Topônimo referente à vida psíquica e à cultura espiritual. (Ex.: Solidão (PE)).
2. Antrotopônimo - Topônimo referente aos nomes próprios e individuais. (Ex.: Bento Gonçalves (RS)).
3. Axiotopônimo - Topônimo referente aos títulos e dignidades. (Ex.: Barão do Triunfo (RS)).
4. Corotopônimo - Topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes. (Ex.: Coimbra (MG)).
5. Cronotopônimo - Topônimo referente às indicações cronológicas (Ex.: Novo Hamburgo (RS)).
6. Dirremátotopônimo - Topônimo constituído de frases ou enunciados linguísticos. (Ex.: Não-Me-Toque (RS)).
7. Ecotopônimo - Topônimo referente às habitações de modo geral. (Ex.: Sobradinho (RS)).
8. Ergotopônimo - Topônimo referente aos elementos da cultura (Ex.: Travesseiros (RS)).
9. Etnotopônimo - Topônimo referente aos elementos étnicos. (Ex.: Tapes (RS)).
10. Hagiotopônimo - Topônimo referente aos santos e às santas do hagiológico romano (Ex.: Santa Maria (RS)).
11. Hierotopônimo - Topônimo referente aos nomes sagrados, locais de cultos e integrantes (Ex.: Cruz Alta (RS)).
12. Historiotopônimo - Topônimo referente aos movimentos histórico-sociais e aos seus membros. (Ex.: Tiradentes (MG)).
13. Hodotopônimo - Topônimo referente às vias de comunicação rural ou urbana. (Ex.: Portão (RS)).
14. Mitotopônimo - Topônimo referente às entidades mitológicas (Ex.: Anhangá (BA)).
15. Numerotopônimo - Topônimo referente aos adjetivos numerais. (Ex.: Dois Irmãos (RS)).
16. Poliotopônimo - Topônimo constituído pelos vocábulos aldeia, vila, povoação, arraial. (Ex.: Vila Flores (RS)).
17. Sociotopônimo - Topônimo referente às atividades profissionais ou a pontos de encontros. (Ex.: Engenheiro Beltrão (PR)).
18. Somatotopônimo - Topônimo referente às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. (Ex.: Braço do Trombudo (SC)).

Fonte: Elaboração própria com base em Dick (1990; 1996).

Por fim, é preciso dizer que muitas denominações de espaços urbanos não se conformam à classificação acima mencionada, principalmente as de referentes antropoculturais. Por essa razão, optamos por inserir mais um tipo, o “Outros antropoculturais”, na lista de taxes que nos baseamos.

Para constituição de nosso corpus de análise, lançou-se mão da base de dados oficial de parques e praças de Maringá. Essa listagem foi obtida diretamente do portal GEOMARINGÁ, gerido pela Secretaria de Urbanismo e Habitação do município – SEURB². Para essa extração, considerou-se toda sua área do município, incluindo seus distritos.

Sobre a relação de praças baixada, selecionaram-se as denominações cujos elementos genéricos eram “praça”, “bosque”, “largo”, “rotatória” e “rótula”. Quanto aos parques, foram selecionados para investigação os nomes cujos elementos genéricos eram: “parque”, “bosque”, “recanto” e “horto”. Nas bases parques e na base de praças, excluíram-se os topônimos cujo elemento específico era sem denominação ou que claramente se mostravam como ainda não oficialmente nomeados (Ex.: “Rótula confluência Avenida Mauricio Mariani com Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti” e “Parque Linear Rua Rio Samambaia”). Também foi necessário realizar as exclusões de eventuais duplicidades do arquivo original.

Como resultado dessa seleção, o corpus de análise desta pesquisa passou a ser constituído por 128 praças e 17 parques, após as exclusões das duplicidades dentro de cada base de dados.

É importante observar que provavelmente dada à configuração física do atual “Bosque das Grevíleas Anníbal Bianchini da Rocha”, o qual pode ser entendido como “praça” e como “parque”, esse topônimo constava, no portal GEOMARINGÁ, nas duas bases de dados. Optamos por manter essa duplicidade, respeitando a classificação original, já aceita pela SEURB.

Realizada a etapa de seleção de dados, passamos a investigar os elementos específicos de cada topônimo, avaliando-os em relação às taxes propostas por Dick (1990; 1996) e buscando detalhar os contornos de seu significado.

Para investigar os detalhamentos dos significados de cada nome, lançamos mão do dicionário Houaiss, de pesquisas em sites da internet, de pesquisas presenciais nos acervos da Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá e da Câmara Municipal desse município. Também podemos contar com trabalhos acadêmicos realizados sobre os nomes dos topônimos de Maringá, De Angelis e De Angelis Neto (2001), os quais se inserem na área do conhecimento de Geografia e também se apoiaram na abordagem da Toponímia, analisando especificamente a base de praças existentes na cidade há 20 anos (àquela altura totalizando 99).

5 ESTUDOS SOBRE A TOPONÍMIA URBANA DE MARINGÁ-PR

Na revisão da literatura realizada, identificaram-se dois trabalhos sobre a toponímia maringaense. O primeiro deles, mais diretamente ligado ao nosso tema foi realizado por De Angelis e De Angelis Neto (2001), pesquisadores da área de agronomia e engenharia, mas que enfrentaram o desafio de se utilizar do instrumental da Toponímia, adotando a classificação de Dick (1990, 1996) como foi realizado em nossa pesquisa. Embora esse artigo trate de um dos nossos objetos, a pesquisa, realizada há mais de 20 anos, avaliou cerca de 99 praças existentes àquela época, ou seja, um número inferior ao que mapeamos, o que reflete o crescimento espacial da cidade desde o início do século XXI. Da totalidade das praças relacionadas pelos pesquisadores, 11 foram classificados como sendo de cunho religioso e hiero-hagiotopônimo, evidenciando o peso das religiões nas escolhas das denominações oficiais das praças. Os histo-sociotopônimos, por sua vez, totalizaram mais 11 praças. Já os antrotopônimos, grupo principal segundo os autores, atingiram um número absoluto de 56 denominações, que fazem referência a valores locais. Por fim, havia 12 praças sem denominação definida àquela altura e que não puderam ser analisadas.

² Disponível em <http://geoproc.maringa.pr.gov.br:8090/SIGMARINGA/>

Já Dias (2000) avaliou o nome de ruas e avenidas de Maringá. O trabalho se insere no campo da História, recuperando os temas históricos acionados na designação desses topônimos. Segundo o pesquisador, o processo de nomeação de ruas procurou principalmente privilegiar fatos e personagens históricos remotos, sendo raros os casos de nomeações relativas ao século XX. Nesse processo, atuou uma organização inicial temática. Assim, o primeiro bairro residencial, a zona 2 - a zona 1 era comercial - abrigou predominantemente ruas com nomes do período da "colonização" do Brasil. Esse fato, ao que sugere Dias, tinha relação com a própria condição dos moradores desses logradouros, os quais, para a história local que se constituía, eram discursivamente apontados com "desbravadores". Já as vias da zona 3 receberam majoritariamente nomes da história militar brasileira, com nomes da guerra do Paraguai em traçado perpendicular às personalidades ligadas à ocupação holandesa. Na zona 4, as homenagens foram rendidas principalmente às figuras do abolicionismo. Enquanto a Zona 5 não revelou seguir uma temática uniforme, a zona 6 tomou para si nomes de expoentes da literatura nacional, enquanto as vias da zona 7 receberam nomes que homenagearam a Proclamação da República. Dias também abordou as mudanças de nomes de ruas ao longo das últimas décadas, que quebrou, de certo modo, a harmonia temática dos primeiros tempos após a fundação da cidade. Nesse último ponto, podemos dizer que o historiador, apoiando-se em seu instrumental teórico-metodológico, realizou uma análise de cunho diacrônico dos nomes das ruas e avenidas maringaenses.

6 AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS POR TRÁS DAS DESIGNAÇÕES DE PRAÇAS E PARQUES DE MARINGÁ

6.1 Motivações Toponímicas das Praças de Maringá

Como resultado do trabalho desenvolvido foi possível investigar 128 nomes de praças. Na Tabela 1 apresentamos os resultados consolidados que obtivemos.

Tabela 1 - Distribuição dos nomes de praças de Maringá em função das motivações toponímicas		
Taxe	Qtd	%
Antrotopônimo	82	64%
Corotopônimo	6	5%
Fitotopônimo	3	2%
Hagiotopônimo	5	4%
Hierotopônimo	7	5%
Historiotopônimo	21	16%
Outros Antropoculturais	4	3%
Zootopônimo	1	1%
Total	128	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode notar, a grande maioria é de antropônimos (82 em número absoluto, o que representa 64% do total), confirmando os resultados de De Angelis e De Angelis Neto (2001). Dentre as praças agrupadas nessa classificação, é preciso perceber que há figuras tratadas oficialmente pelo município como personagens históricas e, nesse sentido, têm, aos olhos da localidade urbana, um caráter de historiotopônimos. De fato, oficialmente, três leis aprovadas pela Câmara Municipal de Maringá estabeleceram o que são os "pioneiros". A lei ordinária b° 931/1972, estabeleceu que o título seria concedido aos "desbravadores" que se transferiram ao município até 1950. Em seu artigo 2°, nós percebemos o valor histórico que o município pretende conferir a tais indivíduos: "O título será

conferido aos pioneiros como menção honrosa pela gravura e pelo seu desprendimento, fatores preponderantes do crescimento e da grandiosidade de Maringá” (Maringá, 1972).

A lei nº 2968/91 alterou a lei de 1972, ampliando a data limite para concessão do título para o ano de 1960. Esta lei, no entanto, foi substituída pela lei nº 3380/93, que criou duas categorias para a titulação. Pelos seus termos, definiu-se como “pioneiro” os que chegaram à Maringá até 1950, considerando “pioneiro de profissão” os que “[...] estabeleceram ou iniciaram atribuições profissionais, devidamente comprovadas, até o ano de 1960, no Município” (Maringá, 1993, n. p.).

A produção de tais leis, com um discurso que eleva ao status de “pioneiro” indivíduos sem uma história registrada, atribuindo-lhes certo protagonismo ou heroísmo histórico, evidencia que os que nomearam as praças com nomes enquadrados legalmente por essa titulação o fizeram para criar e sustentar discurso histórico oficial sobre a cidade. De fato, trata-se de um esforço regional de valorização de uma determinada versão da História local, como aponta Tomazi (1999):

Desde o início do processo de (re)ocupação, tem sido apresentada, [...], nos mais diversos quadrantes da região em estudo, uma “galeria” de personagens intitulado “pioneiros”, procurando-se, assim enaltecendo a figura de determinadas pessoas e colocar na ação de alguns indivíduos a força da “pujança regional” (Tomazi, 1999, p.74).

Seguindo esse ponto de vista, a motivação toponímica para a denominação “Praça Pioneiro Fiori Progiante” se aproxima, da motivação que levou à designação presente em “Largo Patrono Duque de Caxias”. Ou seja, poderia, nesse sentido, ser classificada, pelo viés local, como um historiopotônimos, já que não se restringe à homenagem de um indivíduo que isoladamente teve valor restrito para a comunidade, sendo visto como um agente ativo na construção discursiva de um passado valorizado pela História local oficial.

Na base de dados de praças que analisamos, aliás, 15 praças contêm em sua designação o título “pioneiro” na denominação oficial. É o caso da “Praça Pioneira Maria Alice Pereira de Oliveira”, da “Praça Pioneiro Antônio Laurentino Tavares” e da “Praça Pioneiro Bento de Freitas da Silva”.

Dentre os nomes avaliados, há aqueles que são enquadrados como “pioneiros” pela lei vigente, mas que nomeiam praças sem que esse título apareça expresso na denominação atribuída. É o caso de “Praça Napoleão Moreira da Silva”, que se refere a um dos mais importantes pioneiros e políticos da década de 1950, presidente da primeira Câmara de Vereadores eleito e figura chave nos fatos que levaram ao processo de cassação do primeiro prefeito eleito (Dias, 2023). Além disso, podemos mencionar a “Praça Maestro Matti”, que homenageia o maestro que é também “pioneiro” da cidade, nos termos da legislação vigente. O mesmo ocorre com a “Praça Professor Ary de Lima”, que nomeia um escritor que também se enquadra na definição da regulamentação publicada em 1993.

Uma questão já presente em outras cidades brasileiras começa a atingir a relação dos topônimos urbanos maringaenses: a adição de um nome a uma denominação originalmente fixada. É o que ocorre em “Bosque das Grevíleas Anníbal Bianchini da Rocha”. Por meio da lei nº 7785/2007 o “Bosque das Grevíleas” foi renomeado para o nome atual. A se considerar esse último, temos um elemento específico complexo, composto por um fitotopônimo (“Grevíleas”) e um antrotopônimo “Anníbal Bianchini da Rocha”. Por essa razão, essa ocorrência aparece duplicada em nossa base de dados, com as duas classificações.

Outro aspecto que chama a atenção dos que estudam as designações atribuídas às praças se refere ao fato de que, dentre os nomes de pessoas enquadrados como historiopotônimos, o segundo maior grupo em termos de motivações toponímicas com 16%, figuram nomes como o do bandeirante “Raposo Tavares”. Em Maringá, tais nomes seguem preservados, juntando-se a nomes como o de “Antônio Oliveira Salazar”, o qual faz referência ao ditador português. Essas denominações, no entanto, convivem com outros de projeção ideológica oposta, como o maior símbolo da resistência dos povos escravizados do Brasil expresso na “Praça Zumbi dos Palmares”, localizada no bairro de Santa Felicidade, localidade periférica da cidade, identificada como pertencente à comunidade negra local.

Uma análise muito importante sobre os topônimos de praças diz respeito à referência a indivíduos do gênero/sexo feminino. Nos dados de Maringá, apenas 15, ou seja 18% do total de antropônimos, fazem homenagens a mulheres. Já na lista de historiopotônimos não há, pelo mapeamento realizado, nenhuma figura feminina. Esse fato é mais uma prova do apagamento que as mulheres sofrem quanto o tema diz respeito à História oficial dos municípios. Assim, foram homenageadas Amábile Giroldo, Anna Beffa Ballardelli, Jovina Borges Regini, Nilza de Oliveira Pipino, Maria Alice Pereira de Oliveira, Ester Gonçalves Josepetti, Professora Nadir Aparecida Cancian, Rachel Dora Paraná Pintinha, Raphaelha Name Lucchesi, Thereza Rosa Barriquelli Covre, Luzia Sebastiana do Carmo, Maria das Dores Nicolau, Letícia Naiara Nazareth Silva e Maria Pereira Dantas. As narrativas cultivadas destacam normalmente as figuras masculinas, invisibilizando as femininas, sendo que só recentemente há um movimento de resgate delas. Ao analisar essa questão, no contexto da História de Maringá, Tait (1999, p. 297) faz a seguinte análise:

Os motivos que levaram ao processo tardio de resgatar as mulheres na história da cidade podem ter como pano de fundo a situação, embutida na sociedade e na história 'oficial', de não enxergar a presença das ditas minorias, de não valorizar os trabalhos dos que fazem a história no anonimato, principalmente em um mundo pioneiro e rude, onde mulher que se destacava, muitas vezes, era reconhecida como 'mulher macho' ou 'mulher que lutava feito homem'.

Já dentre os coronotopônimos, que respondem por 5%, a grande maioria homenageia outras cidades, sendo que apenas 1 registro se refere a uma região (Praça das Américas). Chama-nos a atenção a nomeação de uma praça como "Londrina", vizinha à Maringá, denominação que também foi dada a uma rua da cidade. Por fim, há uma praça denominada "Vila Rica" e outra "Ouro Preto", ou seja, dois nomes diferentes que homenageiam a mesma formação urbana realizando referência a dois momentos históricos diferentes daquela cidade.

Por fim, se somarmos os hierotopônimos aos hagiopotônimos, obteríamos 9% do total de nomes de praças. Esse percentual significativo evidencia o peso da influência religiosa na nomeação dos espaços públicos. A totalidade desses dados são de nomes relacionados às tradições e ao clero da igreja católica, como por exemplo, "Praça Monsenhor Bernardo Cnudde" e "Praça Nossa Senhora da Aparecida".

6.2 Motivações Toponímicas dos Parques de Maringá

Como dissemos anteriormente, nossa pesquisa mapeou 17 nomes de parques que analisamos na Tabela 2 a seguir. Nela, podemos ver novamente que os antrotopônimos são os mais frequentes. Mais uma vez destacam-se ali não nomes de importância restrita para a História da cidade, mas figuras localmente relevantes como o "Parque Alfredo Werner Nyffeler" que homenageia o suíço, diretor da CMNP que criou a cidade na primeira metade do século XX.

Dentre os antropônimos ou historiopotônimos referentes a indivíduos, há apenas uma única mulher homenageada com nome de parque em Maringá. Trata-se do Parque Marilene Daibert de Araújo, em cuja denominação faz-se referência a uma professora que em vida se dedicou a uma organização que tentava auxiliar pessoas dependentes de drogas.

Já fitotopônimos são o segundo grupo mais frequente. Desse grupo podemos citar o "Parque Florestal Municipal das Peróbas" e o "Parque Guruaia".

Tabela 2 – Distribuição dos nomes de parques de Maringá em função das motivações toponímicas

Taxe	Qtd	%
Antrotopônimo	7	41%
Fitotopônimo	6	35%
Historiotopônimo	3	18%
Zootopônimo	2	12%
Total	17	100%

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, dentre os historiotopônimos, nomes da História local novamente surgem. É o que temos em “Bosque dos Pioneiros”, referência aos primeiros moradores do município, como explicamos na seção anterior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou estudar os topônimos urbanos de praças e parques de Maringá. O trabalho avaliou as motivações toponímicas, seguindo a taxionomia proposta por Dick (1990; 1996). A partir de um tratamento quantitativo realizado sobre a lista de nomes desses espaços abertos, procuramos discutir suas implicações de maneira crítica. Nossos dados permitiram a avaliação de designações oficiais de 128 praças e de 17 de parques.

Tanto as praças como os parques maringaenses sofreram um processo de nomeação no qual os antrotopônimos são fundamentais. A opção por esse tipo de topônimo reflete um esforço local de construir, sustentar e valorizar um discurso sobre a História local. Se esse resultado pode ser encontrado em outros municípios brasileiros, nos mais recentes isso parece ser fundamental. Afinal, após a fundação e a implantação de uma nova cidade, é preciso forjar uma História gloriosa que valorize as cores locais.

A comparação entre os resultados que encontramos para praças e parques mostram diferenças no processo de atribuição de nomes a tais espaços. Para os primeiros, fatores como os fatos e personalidades da História nacional e os elementos ligados à religiosidade são fonte para o processo de designação. Já os parques, por sua ligação maior com a natureza, têm uma ligação maior a animais e plantas.

O trabalho que realizamos evidenciou que a nomeação de parques e praças conta sobre os discursos da (e sobre) a cidade, construídos pelos caminhos oficiais pelo município. Desse modo, não estão isentos das disputas político-ideológicas que se concretizam no processo de denominação oficial dos espaços urbanos. Pelo trabalho aqui apresentado, acreditamos que a Toponímia tem potencial para desvelar as interações entre a língua e os elementos sócio-históricos e culturais envolvidos nas designações dos lugares.

REFERÊNCIAS

- CAMBRAIA, Cesar. Nardelli.; SEABRA, Maria Cândida de Trindade Costa de. Princípios de estruturação da toponímia Urbana: uma análise comparativa da toponímia do primeiro tintênio da cidade de Belo Horizonte. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), v. 68, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/9nnY7WfYm5xwMR4MszgdMfB/#>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- CARVALHINHOS, Patrícia. 2022. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil) Combatendo apagamento toponímico. **Apropos**. Ago. 2022, 14-30. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/apropos/article/view/1928/1770>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- CARVALHINHOS, Patrícia; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. In: **XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2007, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF - Livro dos Minicursos. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. v. XI. p. 108-121. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em: 01 nov. 2024.
- CARVALHINHOS, Patrícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; LIMA, Adriana. The ideological function in names of public spaces in the city of Sao Paulo, Brazil. **Onomastica Uralica**, v. 14, p. 93-110, 2018. Disponível em: <https://linc.fflch.usp.br/sites/linc.fflch.usp.br/files/inline-files/Ideological%20function%20in%20names%20of%20public%20spaces%20in%20the%20city%20of%20Sa%CC%83o%20Paulo.pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. **Aventura Planejada: Engenharia e Urbanismo na Construção de Maringá**. Tese de Doutorado. EESC/USP. São Carlos. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-25042011-103049/en.php>. Acesso em: 10 out. 2024.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso. Os topônimos das praças de Maringá, Estado de Paraná. **Acta Scientiarum - Technology**. v. 23, n.6, p 1561 - 1567. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/2800/1852>. Acesso em: 20 out. 2024.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A História além das placas: os nomes de ruas de Maringá(PR) e a memória histórica. **História & Ensino, Londrina**, v. 6, p. 103-120, out. 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12393>. Acesso em: 01 out. 2024.
- DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Maringá Histórica / Sinergia Casa Editorial, 2023.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.) **Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3549>. Acesso em: 27 out. 2024.
- ISQUERDO, A. N.. Apresentação. In: ISQUERDO, A. N. (org.) **Toponímia urbana no Brasil: estudos**. Campo Grande: UFMS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5662>. Acesso em: 30 out. 2024.
- LUZ, France. **O Fenômeno urbana numa zona pioneira: Maringá**. Maringá: A prefeitura, 1997.
- MARINGÁ. **Lei nº 931, de 03 julho de 1972**. Maringá: Câmara Municipal, [1972]. Disponível em: http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/media/sapl/public/normajuridica/1972/2712/2712_texto_integral.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

MARINGÁ. **Lei nº 2968, de 25 outubro de 1991.** Maringá: Câmara Municipal, [1991]. Disponível em:

http://sapl.cmm.pr.gov.br:3001/media/sapl/public/normajuridica/1991/4749/4749_texto_integral.pdf. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

MARINGÁ. **Lei nº 3380, de 27 de maio de 1993.** Institui Títulos de Pioneiro e Pioneiro na Profissão. Maringá: Câmara Municipal, [1993]. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1993/338/3380/lei-ordinaria-n-3380-1993-institui-titulos-de-pioneiro-e-pioneiro-na-profissao>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

MARINGÁ. **Lei nº 7785, de 26 de novembro de 2007.** Maringá: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/1993/338/3380/lei-ordinaria-n-3380-1993-institui-titulos-de-pioneiro-e-pioneiro-na-profissao>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

TAIT, Tania Fatima Calvi. As excluídas da História: o olhar feminino sobre a formação de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional.** Maringá: EDUEM, 1999. pp. 21 - 50.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional.** Maringá: EDUEM, 1999. pp. 51 - 86.

Sobre o autor

Hélcio Batista Pereira  

hbpereira@uem.br

Docente da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) e do ProfLetras da Universidade Estadual de Maringá (PR, Brasil). Possui bacharelado em Ciências Econômicas pela UNESP (1993), bacharelado em Letras - habilitações em Linguística e Português pela FFLCH/USP (2002), mestrado (2005), doutorado (2011) e pós-doutorado (2023) no Programa de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH/USP). É líder do Grupo de Pesquisa HLinFU - História da Língua e Formação Urbana (CNPq/UEM).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve a contribuição de Gustavo Henrique de Jesus Alves e Nathan Henrique Bernardelli da Silva, estudantes do Ensino Médio do Colégio de Aplicação Pedagógica - UEM, em pesquisa de PIBIC-EM, financiada pelo CNPq/Universidade Estadual de Maringá.